

27
15/1
16

CONCURSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE JUÍZES DE PAZ
ATA N.º 2

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas catorze horas e quinze minutos, nas instalações da Direção-Geral da Política de Justiça, sitas na Av. D. João II, Lote 01.08.01 D/E, Torre H, pisos 2 e 3, em Lisboa, reuniu o Júri do Concurso identificado em epígrafe, constituído por: Presidente – Renato Gonçalves, 1.º Vogal – Noémia da Rocha Neves Anacleto Louçã e 2.º Vogal – Maria Gomes Bernardo Perquilhas, tendo o júri sido coadjuvado pela Senhora Diretora de Serviços do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça, Helena Alves.

Ponto prévio - O júri verificou que a ata número 1 enforma de um lapso de escrita na data da mesma, pois consta oito de abril quando o júri reuniu a oito de maio. Assim onde se lê oito de abril deve ler-se oito de maio.

Seguidamente o Júri passou a apreciar a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Análise das candidaturas apresentadas e elaboração da proposta de lista de candidatos admitidos e excluídos ao presente concurso de recrutamento e seleção de juizes de Paz.

Analizadas as candidaturas apresentadas, o Júri verificou que algumas apresentam irregularidades supráveis, uma vez que não se encontram elencadas como motivos de exclusão no n.º 6 do artigo 7.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 253/2014, de 2 de dezembro, e no ponto 6 do Aviso de abertura. Em concreto, foram detetadas as seguintes irregularidades:

Falta de data e/ou assinatura no documento a que alude a al. e) do n.º 6 do *supra* citado Aviso, falta de apresentação do formulário de candidatura previsto no ponto 5 do mesmo Aviso e falta de junção do comprovativo de pagamento previsto na al. j) do n.º 6 do acima mencionado Aviso.

No que respeita à falta de data no documento a que alude a al. e) do n.º 6 do *supra* citado Aviso, o Júri deliberou por unanimidade considerar a da apresentação do requerimento de candidatura. E por conseguinte, considerou suprida tal irregularidade.

Relativamente à falta de assinatura no documento a que alude a al. e) do n.º 6 do *supra* citado Aviso, o Júri deliberou por unanimidade convidar os candidatos que se encontrem nesta situação a suprir tal irregularidade no prazo de 48 horas.

Dado que a apresentação de candidatura através de requerimento em formulário próprio disponível no portal CITIUS (ponto 5 do Aviso de Abertura de Concurso) não se encontra previsto no n.º 6 do mesmo Aviso como causa de exclusão liminar do requerente ao concurso, o Júri deliberou por unanimidade convidar os candidatos que se encontrem nesta situação a suprir tal irregularidade no prazo de 48 horas.

Quanto aos candidatos que não apresentaram comprovativo de pagamento, exigido pela al. j) do ponto 6 do mencionado Aviso, conjugado com o disposto no art.º 4º da Portaria 253/2014 de 2/12, o Júri deliberou por unanimidade convidar os candidatos que se encontrem nesta situação a suprir tal irregularidade no prazo de 48 horas.

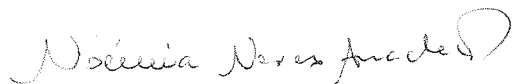
Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião pelas 17 horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Presidente do Júri:



(Renato Gonçalves)

1.º Vogal:



(Noémia da Rocha Neves Anacleto Louçã)

2.º Vogal:



(Maria Gomes Bernardo Perquilhas)